

AES Tucano Holding II S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais 4

Demonstrações dos resultados 5

Demonstrações dos resultados abrangentes 6

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 7

Demonstrações dos fluxos de caixa 8

Notas explicativas às demonstrações contábeis 9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores da
AES Tucano Holding II S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da AES Tucano Holding II S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 31 de março de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos



Building a better
working world

- ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

AES TUCANO HOLDING II S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021' (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	15	163.762	184	163.894	Fornecedores		131	115	6.103	6.158
Investimentos de curto prazo	3	71.657	-	180.966	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	6	-	-	6.661	-
Contas a receber partes relacionadas		-	-	1.480	-	Dividendos a pagar		764	-	769	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3.538	285	5.372	290	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	76	-
Dividendos a receber		-	5	-	-	Outros tributos a pagar		39	148	287	658
Outros tributos a recuperar		-	-	1.781	-	Outras obrigações		-	-	8.907	39
Outros ativos		3	-	58.935	2.389	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		934	263	22.803	6.855
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		75.213	164.052	248.718	166.573						
ATIVO NÃO CIRCULANTE						PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Tributos e contribuições sociais compensáveis		-	-	-	238	Empréstimos, financiamentos e debêntures	6	336.565	297.823	673.346	297.823
Cauções e depósitos vinculados		-	-	8.283	-	Passivo de arrendamento		-	-	14.472	14.045
Investimentos em controladas	4	480.718	313.000	-	-	Tributos diferidos		-	-	1.814	-
Outros ativos		-	-	112	112	Outras obrigações		-	-	3.747	2.338
Imobilizado, líquido	5	-	-	632.094	291.862	TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		336.565	297.823	693.379	314.206
Intangível, líquido		-	-	45.407	41.242						
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		480.718	313.000	685.896	333.454	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social subscrito		671.485	703.781	703.781	703.781
						Capital social a integralizar		(491.252)	(523.548)	(523.548)	(523.548)
						Reserva legal		2.012	-	2.012	-
						Reserva de investimentos		36.187	-	36.187	-
						Prejuízos acumulados		-	(1.267)	-	(1.267)
						TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7	218.432	178.966	218.432	178.966
TOTAL DO ATIVO		555.931	477.052	934.614	500.027	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		555.931	477.052	934.614	500.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AES TUCANO HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	40.230	(749)	40.230	(749)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	40.230	(749)	40.230	(749)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AES TUCANO HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Reserva de Lucros		(Prejuízos) Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido Consolidado
				Reserva legal	Reserva de investimentos		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		102.510	-	-	-	(518)	101.992
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(749)	(749)
Aumento de capital		77.723	-	-	-	-	77.723
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7	703.781	(523.548)	-	-	(1.267)	178.966
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	40.230	40.230
Constituição da Reserva Legal		-	-	2.012	-	(2.012)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(764)	(764)
Constituição de reserva de investimentos		-	-	-	36.187	(36.187)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7	703.781	(523.548)	2.012	36.187	-	218.432

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AES TUCANO HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado		
	2022	2021	2022	2021	
Atividades operacionais:					
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	40.230	(749)	40.230	(749)	
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	5	-	(765)	2.755	(258)
Atualização monetária	6	17.840	-	25.839	-
Juros sobre cauções		-	-	(2.710)	-
Receita de aplicação financeira em investimento de curto prazo	10	(9.710)	-	(25.007)	-
Juros sobre passivo de arrendamento		-	-	-	1.286
Encargos de dívidas, líquido de juros capitalizados	4/6	(7.530)	2.390	1.042	2.390
Amortização do custo de transação	6	718	-	811	-
Resultado de equivalência patrimonial	4	(41.036)	527	-	-
		512	1.403	42.960	2.669
Variação dos ativos e passivos operacionais		(1.853)	(27)	(45.702)	3.233
		(1.341)	1.376	(2.742)	5.902
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	6	-	-	-	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(2.667)	-
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		2.241	-	9.230	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		900	1.376	3.821	5.902
Atividades de investimentos:					
Aquisições de ativo imobilizado	5	-	-	(323.381)	(206.513)
Aumento de capital em controladas	4	(98.965)	(200.728)	-	-
Aplicações/Resgates em investimentos de curto prazo	3	(65.682)	-	(168.365)	-
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados		-	-	(5.573)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(164.647)	(200.728)	(497.319)	(206.513)
Atividades de financiamentos:					
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	6	-	300.000	332.915	300.000
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	6	-	(14.610)	(3.127)	(14.610)
Aumento de capital	7	-	77.723	-	77.723
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		-	363.113	329.788	363.113
Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa		(163.747)	163.761	(163.710)	162.502
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		163.762	1	163.894	1.392
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		15	163.762	184	163.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Tucano Holding II S.A. (“Companhia”), com sede Avenida das Nações Unidas, n.º 12.495, 12º andar, Brooklin Paulista, Sala Gestão, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada diretamente pela AES Brasil Operações S.A. e indiretamente pela *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

Foi constituída em 09 de agosto de 2019 e tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital de outras sociedades como acionista, quotista, por meio de outras modalidades de investimento, como subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou partes beneficiárias, ou ainda por qualquer outra forma admitida em lei, que atuem na área de geração de energia elétrica em toda as suas formas, bem como na comercialização de energia elétrica proveniente das usinas.

A Companhia possui unidades produtoras de energia eólica, em fase de construção, compostas de quatro parques eólicos Tucano F1, Tucano F2, Tucano F3 e Tucano F4. A Companhia iniciou a fase de testes em maio de 2022 e, a entrada em operação comercial deste Complexo, está prevista para ser iniciada entre fevereiro e abril de 2023.

1.1 Relação de empreendimentos controlados

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Controladas	Atividade	Sede	Participação
			2022
Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A	Geração eólica	Salvador, BA	100%
Tucano F2 Geração de Energias SPE S.A	Geração eólica	Salvador, BA	100%
Tucano F3 Geração de Energias SPE S.A	Geração eólica	Salvador, BA	100%
Tucano F4 Geração de Energias SPE S.A	Geração eólica	Salvador, BA	100%

Complexo Eólico Tucano

Parque gerador	Contrato/ Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência autorização	Prazo autorização	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW (i)
Tucano F1	ACL	REA 8825/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	7	43,4	19,0
Tucano F2	ACL	REA 8817/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	4	24,8	11,5
Tucano F3	ACL	REA 8818/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	7	43,4	19,7
Tucano F4	ACL	REA 8819/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	7	43,4	19,9
Total						25	155	70,1

(i) A garantia física divulgada foi homologada pela ANEEL.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 29 de março de 2023, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis e resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2022

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTO DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica "Investimentos e curto prazo"

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário disponível	15	16	184	148
Operações compromissadas	-	163.746	-	163.746
Subtotal	15	163.762	184	163.894
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Investimento de curto prazo				
CDB-DI	71.657	-	180.966	-
Subtotal	71.657	-	180.966	-
Total	71.672	163.762	181.150	163.894

Em 31 de dezembro de 2022, os investimentos de curto prazo estão representados por operações compromissadas com liquidez diária e rentabilidade média de 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (74,28% em 31 de dezembro de 2021).

4 INVESTIMENTOS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

	Controladora	
	2022	2021
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	448.420	280.704
Direito de projetos e direitos contratuais (i)	32.298	32.299
Total	480.718	313.003

(i) No consolidado, o direito de projetos e direitos contratuais são reclassificados para a rubrica de "Intangível".

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

Movimentação dos investimentos	31/12/2021	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Capitalização de juros (ii)	31/12/2022
Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A.	80.514	26.349	9.722	7.635	124.220
Tucano F2 Geração de Energias SPE S.A.	70.985	20.583	8.474	5.962	106.004
Tucano F3 Geração de Energias SPE S.A.	78.706	28.015	12.780	6.974	126.475
Tucano F4 Geração de Energias SPE S.A.	82.797	24.018	10.060	7.143	124.018
Total	313.003	98.965	41.036	27.714	480.718

Movimentação dos investimentos	31/12/2020	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Capitalização de juros (ii)	Amortização dos direitos de exploração de autorização (i)	31/12/2021
Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A.	28.397	49.331	(134)	2.724	196	80.514
Tucano F2 Geração de Energias SPE S.A.	22.114	46.603	(126)	2.223	172	70.986
Tucano F3 Geração de Energias SPE S.A.	25.738	50.401	(133)	2.500	200	78.706
Tucano F4 Geração de Energias SPE S.A.	25.740	54.394	(133)	2.596	200	82.797
Total	101.989	200.729	(526)	10.043	768	313.003

(i) São direitos de exploração amortizados pelo prazo da autorização; conforme política interna, a amortização do Direito de exploração de autorização, foram estornados e serão amortizados a partir da entrada em operação do empreendimento.

(ii) Juros capitalizados: Com o objetivo de financiar principalmente a construção deste empreendimento, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e parte dos financiamentos na Controladora, nas demonstrações contábeis individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas "Investimentos" em contrapartida ao "Resultado de equivalência patrimonial". Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como "Imobilizado, líquido" em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica "Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso".

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de ações do capital social	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Lucro do exercício
Tucano F1	95.893.513	212.870	107.293	95.894	95.856	9.721
Tucano F2	82.225.849	171.335	80.721	82.226	82.140	8.474
Tucano F3	95.893.513	205.362	96.767	95.894	95.815	12.780
Tucano F4	95.893.513	199.780	93.904	95.894	95.816	10.060

5. IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo Órgão Regulador (ANEEL), quando o imobilizado estiver em operação que na avaliação da Companhia representa a vida útil econômica dos bens.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado				
	2022				2021
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.0%	20.454	(1.043)	19.411	24.571
Máquinas e equipamentos	4.0%	22.141	(941)	21.200	19.962
Veículos	14.29%	417	(30)	387	-
Imobilizado em serviço		43.012	(2.014)	40.998	44.533
Imobilizado em curso (i)		581.815	-	581.815	236.261
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	3,33%	10.371	(1.090)	9.281	11.068
Total		635.198	(3.104)	632.094	291.862

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por gastos com o início da construção do Complexo Eólico Tucano, principalmente relacionados com o contrato firmado para o fornecimento das turbinas eólicas, bem como com obras civis e elétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.
- (ii) As controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. As controladas reconheceram ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa média de 3,33%.

Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor.

(b) **Movimentação do ativo imobilizado**

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Consolidado						
	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Transferências	Reclassificações	Depreciação	Juros capitalizados	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	24.571	-	(4.453)	274	(981)	-	19.411
Máquinas e equipamentos	19.962	-	2.813	(691)	(884)	-	21.200
Veículos	-	-	-	417	(30)	-	387
Imobilizado em serviço	44.533	-	(1.640)	-	(1.895)	-	40.998
Imobilizado em curso	236.261	319.538	1.312	-	-	24.704	581.815
Direito de uso de terreno arrendado	11.068	(933)	-	-	(854)	-	9.281
Total líquido	291.862	318.605	(328)	-	(2.749)	24.704	632.094

	Consolidado					
	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Adições	Transferências	Depreciação	Saldos em 31 de dezembro de 2021	
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	24.632	(61)	24.571
Máquinas e equipamentos	-	-	-	20.019	(57)	19.962
Em curso	69.259	211.653	-	(44.651)	-	236.261
Direito de uso de terreno arrendado	11.462	-	-	-	(394)	11.068
Total líquido	80.721	211.653	-	-	(512)	291.862

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

6. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

		Controladora					Total circulante + não circulante
		2022					
		Não Circulante				Total	
Vencimento	Taxa efetiva	Principal	Encargos	Custos de transação	Total		
Debêntures - 1ª Emissão	2041	IPCA + 6,0594%	326.142	24.314	(13.891)	336.565	336.565
Total das debêntures			326.142	24.314	(13.891)	336.565	336.565

		Consolidado									Total circulante + não circulante
		2022									
		Circulante				Não Circulante				Total	
Vencimento	Taxa efetiva	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custo de transação	Total		
Empréstimos - BNB	2045	IPCA + 2,6623%	6.559	267	(165)	6.661	326.356	13.294	(2.869)	336.781	343.442
Debêntures - 1ª Emissão	2041	IPCA + 6,05968%	-	-	-	-	326.143	24.314	(13.892)	336.565	336.565
Total das debêntures			6.559	267	(165)	6.661	652.499	37.608	(16.761)	673.346	680.007

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

A movimentação da dívida é como segue:

	Controladora	Consolidado
	Debêntures	Empréstimos e debêntures
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-
Ingressos	300.000	300.000
Encargos financeiros	4.130	4.130
Variação monetária	8.303	8.303
Diferimento de custos de transação	(14.610)	(14.610)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	297.823	297.823
Ingressos	-	332.915
Encargos financeiros	20.184	25.746
Variação monetária	17.840	25.839
Diferimento de custos de transação	-	(3.127)
Amortização custo de transação	718	811
Saldos em 31 de dezembro de 2022	336.565	680.007

a. **Vencimentos das parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:**

	Controladora				Consolidado			
	Empréstimos e debêntures	Encargos	Custos de transação	Total	Empréstimos e debêntures	Encargos	Custos de transação	Total
2024	19.895	24.314	(1.582)	42.627	35.410	24.946	(1.919)	58.437
2025	11.870	-	(790)	11.080	26.988	616	(962)	26.642
2026	13.894	-	(813)	13.081	29.155	622	(986)	28.791
2027	15.263	-	(828)	14.435	31.161	648	(998)	30.811
2028	17.351	-	(821)	16.530	34.012	679	(3.005)	31.686
Após 2029	247.869	-	(9.057)	238.812	495.773	10.097	(8.891)	496.979
Total	326.142	24.314	(13.891)	336.565	652.499	37.608	(16.761)	673.346

b. Compromissos financeiros – “Covenants”

Objetivo	Covenant
Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social, sendo a primeira apuração realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.	ICSD: $\geq 1,1x$

c. Características da dívida

Companhia	Descrição	Valor ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante (I)	Vencimento	Finalidade
AES Tucano Holding II	1ª Emissão Debêntures de Infraestrutura	300.000	08/10/2021	IPCA + 6,0594%	Semestral (a partir de 2024)	Semestral (a partir de 2024)	336.565	Setembro/2041	Financiamento do Projeto Eólico Tucano II
Controladas	Empréstimos - BNB	332.915	01/04/2022	IPCA + 2,6623%	Mensal	Mensal	343.442	Julho/2045	Financiamento do Projeto Eólico Tucano II

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e parcialmente integralizado é de R\$ 703.781 dividido em 703.781 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS DA DMPL

Nas demonstrações do patrimônio líquido (DMPL), divulgadas como parte do conjunto das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi apresentado um capital social totalmente subscrito de R\$ 180.233. A Administração da Companhia julgou necessário alterar a DMPL do período comparativo, de modo a apresentar separadamente o capital subscrito de R\$ 703.781 e a integralizar de R\$ 523.548, para melhor apresentação das demonstrações financeiras, uma vez que não há alteração no saldo final.

7.1 RESERVAS DE LUCROS

(a) Reserva de investimento

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá estar justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2022.

(b) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$ 2.012 através da transferência de 5% do lucro líquido anual, apurado nos seus livros societários. Foram preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social.

7.2 DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

A Diretoria aprovou em 14 de fevereiro de 2023, proposta de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios sobre a expectativa do lucro do exercício de 2022, no valor de R\$ 764.

8. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

	Consolidado
	2022
	R\$
Lucro cessante (i)	58.903
Receita Operacional bruta	58.903
(-) PIS e COFINS	(2.153)
(-) ICMS	(18)
Receita Operacional líquida	56.732

(i) Refere-se a multa por atraso a receber pelas SPEs Tucano F1, Tucano F2, Tucano F3 e Tucano F4 previstas no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por achievement of substantial completion para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo lucro cessante.

9. CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado
	2022
Custo de produção e operação de energia	
Encargos de transmissão e conexão da rede elétrica	(5.853)
Depreciação e amortização	(2.755)
Serviços de terceiros	(1.693)
Material	(34)
Taxa de fiscalização ANEEL	(1)
Outros custos operacionais	(2)
Total	(10.338)

10. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas Financeiras				
Rendas de aplicações financeiras	9.710	2.390	25.007	2.409
Variações monetárias	1.332	-	2.710	12
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(513)	(111)	(512)	(113)
Total	10.529	2.279	27.205	2.308
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	(20.902)	(4.130)	(34.556)	(4.130)
Variação monetária	(17.840)	(8.303)	(17.840)	(8.303)
Tarifas e encargos bancários	68	(2)	(8)	(20)
(-) Transferência para o imobilizado	-	-	24.704	10.043
Total	(38.674)	(12.435)	(27.700)	(2.410)
Total líquido	(28.145)	(10.156)	(495)	(102)

11. COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apura os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real, suas controladas apuram com base no lucro presumido.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	2022		2021		2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição dos tributos no resultado:								
Corrente	-	-	(496)	(187)	(1.835)	(768)	(496)	(187)
Diferidos	-	-	-	-	(1.178)	(636)	-	-
Total	-	-	(496)	(187)	(3.013)	(1.404)	(496)	(187)
Demonstração do cálculo dos tributos:								
Resultado antes dos tributos	40.230	40.230	(66)	(66)	44.647	44.647	(66)	(66)
Adições (exclusões):								
Resultado de equivalência patrimonial	(41.035)	(41.035)	528	528	-	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	767	767	(1)	(1)	767	767	538	538
Amortização do intangível	-	-	(770)	(770)	-	-	(770)	(770)
Atualização SELIC de créditos tributários	(14)	(14)	(1)	(1)	(14)	(14)	(12)	(12)
Diferença temporária s/ diferido constituído (arrendamento)	52	52	-	-	52	52	-	-
Receitas financeiras	-	-	2.390	2.390	-	-	2.390	2.390
Ajuste Lucro Presumido	-	-	-	-	(33.015)	(29.856)	-	-
Total das adições (exclusões)	(40.230)	(40.230)	2.146	2.146	(32.210)	(29.051)	2.146	2.146
Resultado ajustado	-	-	2.080	2.080	12.437	15.596	2.080	2.080
Alíquota nominal	15%	9%	15%	9%	25%	9%	15%	9%
Total da despesa com tributos	-	-	(312)	(187)	(3.109)	(1.404)	(312)	(187)
Outros	-	-	(184)	-	96	-	(184)	-
Total da despesa com tributos	-	-	(496)	(187)	(3.013)	(1.404)	(496)	(187)
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	-23,8%	-9,0%	-24,2%	-9,0%	-23,8%	-9,0%

A composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido constituído por Companhia:

	Prejuízo Fiscal	Base negativa de contribuição social	Total
Tucano F1	136	136	272
Tucano F2	129	129	258
Tucano F3	137	137	274
Tucano F4	137	137	274
Tucano Holding II	791	791	1.582
Consolidado	1.330	1.330	2.660

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

a. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

	Notas	Consolidado		Consolidado		Categoria
		2022	2021	2022	2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (circulante e não circulante)						
Numerário disponível	3	184	184	148	148	Custo amortizado
Operações compromissadas	3	-	-	163.746	163.746	Custo amortizado
investimento de curto prazo	3	180.966	180.966	-	-	Valor justo por meio do resultado
Total		181.150	181.150	163.894	163.894	
PASSIVO (circulante e não circulante)						
Fornecedores		6.103	6.103	6.158	6.158	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6	680.007	680.007	297.823	297.823	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		14.472	14.472	14.045	14.045	Custo amortizado
Total		700.582	700.582	318.026	318.026	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado.

Para a rubrica debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

b. Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. Os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's ou Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	15	163.762	184	163.894
Investimentos de curto prazo	71.657	-	180.966	-
Total	71.672	163.762	181.150	163.894

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: Debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Consolidado	
	2022	2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	680.007	297.823
Caixa e equivalentes de caixa	(184)	(163.894)
Dívida líquida	679.823	133.929
Patrimônio líquido	218.432	178.966
Dívida líquida / Patrimônio líquido	311,23%	74,83%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 8. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Saldos em 31 de dezembro de 2022	Menos de 3 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	6.103	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	85.079	59.602	528.665
Passivo de arrendamento	-	201	519	13.752
Total	6.103	85.280	60.121	542.417

b.4) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas somente serão apuradas a partir da entrada em operação dos empreendimentos. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, após a entrada em operação, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

(b.5) Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures remuneradas pela variação do IPCA, acrescidos de juros contratuais. Conseqüentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Tucano Holding III, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil e Grupo Unipar é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras.

Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas.

Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto. Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização.

Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de 78 horas anuais de energia restringida. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;
- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*. A CCEE informou que efetuará 12 contabilizações, iniciando em novembro de 2021, sendo que em cada contabilização 3 meses seriam recontabilizados. No entanto, em comunicado de novembro de 2021, a CCEE informou a postergação dos processamentos de energia não fornecida proveniente de *constrained-off* “em decorrência do tempo necessário para validação de parâmetros de entrada com o ONS.

A CCEE publicou em dia 31 de janeiro de 2022 o comunicado CO 069/22, que informa que foram realizadas tratativas das informações sobre os dados de entrada a respeito do *constrained-off* com o ONS, conforme o último comunicado CO 870/21, e foram identificadas inconsistências, as quais foram indicadas para ANEEL junto com a solicitação de ajuste na metodologia de cálculo. Até o momento, a CCEE não se manifestou sobre o cronograma das recontabilizações.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.